

MANUEL CARLOS SILVA  
ANA PAULA MARQUES  
CARLOS VEIGA  
PAULA MASCARENHAS

CURSO DE SOCIOLOGIA DA UM:  
RETROSPECTIVA E PERCEPÇÕES DOS ALUNOS

Instituto de Ciências Sociais  
UNIVERSIDADE DO MINHO  
BRAGA — 2004

## CURSO DE SOCIOLOGIA DA UM: RETROSPECTIVA E PERCEPÇÕES DOS ALUNOS<sup>1</sup>

MANUEL CARLOS SILVA<sup>2</sup>

ANA PAULA MARQUES<sup>3</sup>

CARLOS VEIGA<sup>4</sup>

PAULA MASCARENHAS<sup>5</sup>

### RESUMO

Por altura do processo de autoavaliação do Curso de Sociologia das Organizações ocorrido em 1997-98, uma equipa de docentes investigadores do Departamento de Sociologia, coordenada pelo então Director do Curso, decidiu fazer uma investigação em torno das percepções e expectativas dos estudantes de Sociologia acerca do seu Curso. Tratava-se, a propósito do balanço e da apreciação global do Curso, saber algo mais sobre as percepções e representações dos alunos não só em relação à antiga e nova estrutura curricular do curso, nomeadamente aferir o grau de (in)satisfação dos alunos relativamente a alguns *itens* relevantes, como também aferir as suas expectativas em relação ao Curso de Sociologia (das Organizações) e, em particular, as suas preocupações relativas ao seu futuro profissional.

### 1. Introdução: o problema

Não só em termos de senso comum como na fraseologia dos discursos políticos e educativos é habitual equacionar-se a opção por uma determinada formação, neste caso do ensino superior, como algo derivado de dons,

<sup>1</sup> Investigação realizada no quadro da autoavaliação do Curso de Sociologia das Organizações que se reporta ao ano lectivo de 1997/98.

<sup>2</sup> Professor Associado, com Agregação, do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: mcsilva@ics.uminho.pt).

<sup>3</sup> Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: amarques@ics.uminho.pt).

<sup>4</sup> Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: cveiga@ics.uminho.pt).

<sup>5</sup> Assistente do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: pvmascarenhas@ics.uminho.pt).

qualidades ou propensões dos indivíduos para determinadas profissões ou «vocações», sendo de resto este último termo amiúde utilizado pelos próprios alunos nas suas respostas ao questionário.

O conceito de «vocação» tem a sua conotação primeira com a ideia bíblica de chamada dos escolhidos, quer no Antigo, quer no Novo Testamento, ideia esta que, evocada por Cristo na escolha dos seus discípulos, viria a ser transfigurada pela própria doutrina e exegética eclesiástica como um sinal de especial preferência divina para o exercício de funções elevadas ou nobres, nomeadamente a sacerdotal. Com o tempo, o conceito banalizou-se nas mais diversas esferas e funções da vida social, mas não deixou de manter um pressuposto que remete para a teoria do dom, do talento, da capacidade inerente a determinados indivíduos. Deixando de lado as referências místicas ou transcendentais da «vocação» e sem negar a presença diferenciada de capacidades individuais pela via genética ou hereditária, esta visão, como o demonstrou Suaud (1978), tende a ignorar ou subestimar as condições sociais, nomeadamente económicas e culturais, que possibilitam e dão corpo às próprias opções «vocacionais» e/ou induzem os indivíduos a fazerem as opções possíveis.

Admitindo é certo, como o fazem diversos psicólogos e/ou sociólogos, a presença dos impulsos instintivos ou capacidades herdadas, em termos de Piaget (1970), ou da vertente singular e idiosincrática traduzida em Mead (1934) pelo «eu interior» (o «I»), a teoria do dom ou da «vocação», colocada na suas versões ora místicas ora tradicionais do próprio senso comum, ignora ou menospreza as condicionantes provindas do meio envolvente e, como tal, co-determinantes nas diversas fases de desenvolvimento da criança, como o assume e demonstra também claramente Piaget (1967, 1970), bem como do adolescente, jovem ou mesmo pessoa já adulta na construção da pessoa ou «eu socializado» (o «Me») na perspectiva simbólico-interaccionista de Mead (1934). Quer o conceito de vocação desconstruído por Suaud (1978), quer as diversas teorias em torno do dom ou do talento em termos individuais e as recorrentes teorias meritocráticas de raiz estruturo-funcional e de inspiração tanto neoliberal como socialdemocratizante representam, como o demonstraram, entre outros, Bourdieu e Passeron (1975) e Bertaux (1977), formas de legitimação e justificação das desigualdades sociais, designadamente educacionais.

Neste artigo, assumindo à partida, do ponto de vista da problematização teórica, um objectivo de alcance limitado<sup>6</sup>, cingimo-nos a enunciar a

---

<sup>6</sup> Embora esta pequena investigação em torno das percepções, expectativas e aspirações dos alunos sobre o Curso de Sociologia das Organizações tivesse o propósito de auscultar os alunos, no quadro da autoavaliação do Curso de Sociologia das Organizações (cf. Silva *et al.*, 1998), esta ideia surgiu na sequência de um colóquio organizado pela APS, em 1997, em torno da Sociologia e do ensino da Sociologia, no qual participou o primeiro subscritor deste artigo (cf. Silva 1999). Hoje, dadas as transformações operadas por factores endógenos e sobretudo

seguinte questão de partida que presidiu ao nosso trabalho, a saber: quais as razões pelas quais os estudantes de Sociologia 'optaram' ou foram induzidos a optar pelo Curso de Sociologia e em que medida se sentem satisfeitos pela sua opção e/ou alternativa possível no sentido de alcançar uma qualificação de ensino superior? Mais, quais as suas percepções no início, no decurso e/ou na parte final do mesmo e quais as suas expectativas em relação ao seu futuro profissional?

Nesta pequena investigação em torno das motivações, percepções e expectativas dos alunos de Sociologia, então designado Sociologia das Organizações, utilizámos, como técnica principal, a administração directa de um inquérito junto de alunos de todos os anos (reportável ao ano lectivo 1997-98), devendo neste sentido ter-se em conta que tais resultados, não obstante a sua relativa pertinência e actualidade, são obviamente datados e devem ser entendidos à luz do ambiente vivido nesses anos de transição da estrutura curricular da Sociologia das Organizações para a da Sociologia, como veremos. Para além do inquérito, recorreremos também a uma abordagem de ordem qualitativa nomeadamente alguns comentários informais transcritos nos próprios inquéritos e sobretudo nalgumas entrevistas, para além dos momentos do atendimento aos alunos por parte dos autores docentes e, em especial, pelo então Director de Curso<sup>7</sup>.

Uma vez elaborado o inquérito, este foi, numa primeira abordagem, aplicado junto de alunos do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º anos do Curso de Sociologia das Organizações, estendendo-se, posteriormente e na medida do possível, a alunos estagiários, não obstante o contacto mais difícil com estes últimos, já mais dispersos pelos seus locais de estágio. Deste modo, procuramos recolher, de modo sistemático, dados quantitativos com base numa amostra aleatória de 12% de respostas por parte de alunos do 1.º ano, 18% dos do 2.º ano, 23% dos do 3.º ano, 29% dos do 4.º ano e, por fim, 18% de alunos estagiários.

---

exógenos por via da Convenção de Bolonha, impõem-se novos contributos e reflexões, sendo intenção, senão de todos os co-autores deste artigo, pelo menos dalguns prosseguirem a reflexão em torno da actualíssima questão do perfil do Curso de Sociologia no quadro nacional e europeu. Neste momento limitamo-nos a dar conta de um trabalho que, embora suspenso por superveniência doutras exigências e afazeres, cremos ter a sua utilidade para comunidade académica, em particular discentes e docentes, e com maior acuidade para a próxima reestruturação do Curso de Sociologia na Universidade do Minho. Por fim, por respeito aos alunos que se prestaram a responder a este inquérito, este texto visa que as suas respostas e sugestões não fiquem «em saco roto», como o alertou uma aluna do 5.º ano.

<sup>7</sup> Das funções regulamentarmente atribuídas do ponto de vista formal, o Director de Curso, para além de mediador de eventuais problemas, tensões entre discentes e um ou outro docente, é não raro também um confidente das dificuldades, expectativas e representações dos alunos sobre o curso e os próprios projectos e representações da sua vida profissional como sociólogos.

Relativamente ao sexo dos inquiridos, 80% eram do sexo feminino, percentagem que, embora ligeiramente superior, não se afasta muito da taxa real média no curso por altura da autoavaliação: 73% alunas *versus* 27% alunos. Em termos de faixa etária, ressalvando 24% que ainda não tinham alcançado os 20 anos – provavelmente, em grande parte, alunos do 1.º e 2.º anos –, 56% situavam-se na faixa dos 21 aos 25 anos, restando 10% entre 26 e 30 anos e 10% com mais de 30 anos. No que diz respeito à residência predominante, 23% tinham vivido/viviam em meio rural, 23% em meio periurbano e 54% em meio urbano. Quanto ao regime de frequência, 89% dos inquiridos seguiam o regime normal, detendo os restantes a condição de trabalhadores estudantes (10%) ou de estudantes ao abrigo de cláusula em regime militar (1%).

Os dados e factos recolhidos foram assim o resultado de um trabalho de recolha levado a cabo pelo então responsável da Direcção do Curso que pode contar com a colaboração dos demais membros da equipa, nomeadamente no tratamento estatístico dos dados empíricos.

## **2. O Curso de Sociologia das Organizações: do projecto a um breve balanço**

O Curso de Sociologia das Organizações, tal como foi architectado pelos órgãos responsáveis da Universidade do Minho, nomeadamente o Senado sob proposta da Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Sociais e, em particular, pelos mentores iniciais do Curso<sup>8</sup>, enquadrou-se nos objectivos de formação gerais do ensino universitário e, em especial, com preocupações específicas de carácter profissionalizante, tal como o referia o próprio Guia da Universidade do Minho (GUM): «*para além da formação científica e cultural, paradigma do ensino universitário, pela particular atenção prestada aos aspectos profissionalizantes, que preparam para o exercício de uma actividade, integrando as componentes do perfil da futura profissão*» (GUM 1996-97: 51).

Nesta perspectiva, tal como ainda se refere no Guia da Universidade do Minho de 1996-1997, «*o objectivo prioritário deste curso, que por si só justificaria a sua criação, é introduzir uma componente sociológica e antropológica no desenvolvimento nacional e regional, através da criação de quadros que integrarão as mais diversas equipas de gestão e de planeamento,*

---

<sup>8</sup> Na criação do Curso de Sociologia, elaborado e proposto no quadro da Unidade Científico-Pedagógica então coordenada pelo Prof. Lima de Carvalho como seu principal mentor, há igualmente a destacar o papel do Prof. Manuel Silva e Costa que, na concretização da proposta do Curso de Sociologia, teve de especificar, por proposta do Senado, Curso de Sociologia das Organizações, acabando por ser esta a designação aprovada pelo Senado porque entendida como mais consentânea com os objectivos de profissionalização e mais adequada a saídas profissionais, nomeadamente no meio envolvente da região.

quer no quadro das autarquias, quer ainda no de outras instituições. Neste sentido, o Curso de Sociologia das Organizações pretende formar quadros superiores com preparação técnica e cultural que os habilite a intervir na gestão e selecção do pessoal, na solução e prevenção dos conflitos, bem como na humanização das relações de trabalho, tantas vezes encaradas apenas sob o prisma da rentabilidade» (GUM 1996-97: 85). Além deste, poder-se-ão ainda enumerar alguns objectivos subsequentes à finalização do curso, tais como: (i) permitir aos alunos a eventual prossecução de estudos na Sociologia; (ii) proporcionar, além da preparação teórica, algumas ferramentas e técnicas de pesquisa que lhe permitam operar, com alguma autonomia e capacidade de avaliação, sobre os vários contextos sociais; (iii) fornecer qualificações específicas na área da gestão e desenvolvimento de recursos humanos nos diversos tipos de organizações; (iv) incentivar nos alunos atitudes de cooperação e trabalho em equipa no quadro das organizações, de modo a fazer o necessário diagnóstico da situação e a propor linhas de intervenção em situações difíceis ou críticas.

Como é sabido da maior parte dos actores envolvidos no Curso de Sociologia das Organizações, confrontando a enumeração dos objectivos acima enunciados com o percurso dos estudantes que entretanto saíram, é possível afirmar que, atendendo ao tratamento dos diversos *itens*, os objectivos foram, em traços gerais, alcançados. Tendo em conta quer o primeiro plano de estudos curricular, quer quando em 1996-97 se procedeu à reestruturação do Curso de Sociologia das Organizações, as sucessivas Direcções do Curso e do Departamento de Sociologia tiveram, nos diferentes momentos da evolução do Curso, a ajustada percepção dos objectivos a alcançar nas disciplinas distribuídas pelos anos do Curso e dos respectivos créditos atribuídos. Os conteúdos programáticos das diversas disciplinas do Curso de Sociologia das Organizações denotaram uma relativa adequação às exigências científicas das diversas disciplinas da área da Sociologia e um cruzamento polivalente, talvez excessivo, com outras disciplinas de ciências próximas mas com uma forte preocupação pragmática em função das necessidades do mercado de trabalho. Por outro lado, verificou-se um elevado número de estudantes bem sucedidos, bastantes dos quais com médias finais entre 14 e 16 valores, o que pressupôs um empenho continuado dos docentes e uma aplicação razoável e até bastante boa por parte da maioria dos alunos. Além disso, conforme foi possível inferir de um inquérito levado a cabo por Gonçalves (2001) em relação às saídas profissionais, as vagas de recém-licenciados em Sociologia das Organizações, embora tenham conhecido, sobretudo nos últimos anos, um grau considerável de precariedade no tipo de emprego, apresentaram até aos últimos anos uma elevada taxa de emprego, em parte na área da própria Sociologia das Organizações, em parte fora dela ou – o que já é mais negativo – em lugares menos qualificados e sem relação com a Sociologia.

O Curso de Sociologia das Organizações demonstrou, com efeito, algumas inegáveis virtudes e potencialidades na medida em que, além de algumas componentes sociológicas fundamentais da Sociologia, comportou uma especialização com um forte perfil profissionalizante, tendo em vista as solicitações do mercado e, em especial, das empresas e das instituições centrais, regionais e locais designadamente autárquicas. Porém, se daí lhe advinha alguma força, também colhia algumas fraquezas: certa subestimação da componente teórico-metodológica da Sociologia, uma excessiva polivalência disciplinar dispersa por várias áreas e sobretudo uma acentuada unidireccionalidade da especialização<sup>9</sup>, não permitindo que outras competências e especializações, além da diversidade crescente das solicitações do mercado, se desenvolvessem, projectassem e afirmassem no âmbito da Universidade do Minho. A demasiada subordinação de cariz profissionalizante em relação ao mercado poderia justamente fazer perder alguma competitividade, no mercado de trabalho, face a sociólogos saídos doutras Universidades, problema que mereceu a atenção dos diversos responsáveis no Instituto de Ciências Sociais e, em particular, na Direcção do Curso e no Departamento de Sociologia.

Não só, porém, uma diversidade crescente das solicitações do mercado, para além da Sociologia das Organizações, impunha alguma abertura a outras especializações e saídas profissionais, nomeadamente na área da cultura e dos estilos de vida, do desenvolvimento e das políticas sociais. Eram razões de fundo inerentes à estrutura e à dinâmica das modernas sociedades capitalistas que tornavam urgente o alargamento dos objectivos e dos diversos campos do saber sociológico. Quer por factores endógenos, quer por condicionamentos exógenos designadamente os derivados do processo de globalização, não só os sectores de produção agro-industrial como as organizações e as actividades dos sectores dos serviços e da administração central, regional e local, sem deixar de constituir eixos estruturantes da sociedade, vêm sofrendo, sobretudo nas últimas décadas, processos de profunda mudança. Por outro lado, as actividades socio-culturais, os tempos livres, o turismo e o lazer e, de modo geral, a esfera do consumo, assumindo uma preponderância crescente e uma expansão notável, carecem de intervenção de especialistas adequados, entre os quais figuram proeminentemente os sociólogos.

Os imperativos de desenvolvimento, já em termos nacionais ou internacionais, já em termos regionais ou locais, estão na ordem do dia. Se os pressupostos e as diferenciadas e as simétricas consequências sociais do desenvolvimento têm sido objecto de teorias económicas e sociológicas,

---

<sup>9</sup> Esta perspectiva não apenas partilhada no balanço dos professores responsáveis da reestruturação mas inclusive por alguns dos alunos/as nos seus comentários livres, enumerando, por exemplo, menor importância em disciplinas tais como «Princípios de Gestão» ou «Teorias de Informação e Publicidade».

eles são hoje e cada vez mais terreno para uma acrescida reflexão sociológica nomeadamente em torno das diferentes formas de desigualdade social (de classes, de géneros, étnicas, regionais e outras). Tais assimetrias económicas, sociais e políticas têm feito (re)emergir velhos e novos movimentos sociais, assim como velhas e novas formas de solidariedade. Cada vez mais exigem-se intervenções inovadoras em matéria de ambiente, de qualidade de vida, de saúde, de problemas e tensões sociais ou de preservação dos diversos espécies de património. O ressurgimento de novas religiões, as migrações e, em especial, o problema das identidades étnicas e dos nacionalismos representam outras tantas fontes de perplexidades e conflitos, de mal-estar e de insegurança. Não só nos países periféricos mas também nos países centrais são sobretudo os fenómenos do desemprego, da exclusão social, da marginalidade e da criminalidade que têm assumido particular relevância designadamente em Portugal. Tais fenómenos assumem hoje proporções preocupantes e, por isso, apelam ao estudo das suas causas e consequências, bem como ao delinear de programas de intervenção não só estatal mas também societal no quadro de uma cidadania activa e participada.

A necessidade de enfoques teóricos e temáticos de cariz mais plural, por um lado, e, por outro, a atenção prestada pelos responsáveis do Departamento e do Curso à dinâmica do Curso, bem como às opiniões dos vários intervenientes incluindo os próprios alunos, permitiu a correcção e a reestruturação do Curso, procurando reforçar a componente teórico-metodológica do Curso de Sociologia, sem descuidar uma concepção interdisciplinar com as ciências afins e uma boa formação no âmbito de algumas sociologias especializadas, abrindo assim o leque a um início de especialização em Políticas Sociais mas sem perder as potencialidades demonstradas na área da Sociologia das Organizações. Este mesmo entendimento poderá inferir-se da própria leitura dos conteúdos programáticos das disciplinas e respectivos créditos, quer das disciplinas consideradas nucleares da Sociologia, quer das novas criadas em função das exigências do tempo e do próprio mercado de trabalho emergente nomeadamente na área das políticas sociais.

### **3. Os alunos e o Curso de Sociologia: percepções e representações**

Uma primeira e relevante questão que mereceu alguma atenção consistiu em perceber por que é que os alunos de Sociologia escolheram o Curso de Sociologia. Há previamente a ter em conta que, de acordo com as normas vigentes, o processo de recrutamento dos alunos do ensino superior e redistribuição das vagas é feito na base das superiores orientações do Ministério da Educação em função dos lugares disponíveis e das médias estabelecidas, em cada curso, pela respectiva Universidade. Considerando os resultados dos inquéritos levados a cabo entre os alunos no ano 1996, podemos fazer os seguintes comentários de carácter geral.

### 3.1. Opções disponíveis e escolha do Curso como primeira opção

Reparando nos dados obtidos através dos Serviços Académicos da UM, é possível verificar, de acordo com o preenchimento dos boletins de ingresso, o seguinte leque das opções dos alunos que ingressaram no Curso de Sociologia das Organizações: 31% em 1.<sup>a</sup> opção, 22.6% em 2.<sup>a</sup> e 22.6% em 3.<sup>a</sup> e 24.5% em 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> ou 6.<sup>a</sup> opção.

Fixando-nos, porém, nas respostas dadas pelos inquiridos à questão sobre ordenação das preferências do Curso de Sociologia este surge como primeira opção em 37% dos casos, como segunda em 29% e como terceira em 12%, tendo bastantes destes alunos/as referido o curso de Psicologia ou Direito como primeira opção. No entanto, independentemente da ordem das opções feitas antes de entrar na Universidade, quando questionados sobre se o Curso de Sociologia das Organizações correspondia efectivamente à sua 'vocação' – um termo, sendo sociologicamente problematizável, é não raras vezes utilizado pelos próprios alunos respondentes – cerca de 86% dos alunos responderam afirmativamente, indiciando esta resposta um crescente grau de relativa satisfação com o Curso à medida que vão avançando no mesmo. Tais dados denotam também que o contacto com os conteúdos programáticos do Curso foi transformando as suas opções segundas ou terceiras em posicionamentos mais positivos perante o Curso, incluindo os casos numa operação pragmática em fazer da necessidade virtude. Sem considerar agora o carácter, ora mais voluntário, ora mais com-pulsivo, no ingresso no Curso de Sociologia, o quadro 1 dá-nos conta das principais motivações na 'escolha' do Curso de Sociologia (das Organizações):

Quadro 1: Principais motivações, por ordem de importância, de escolha do Curso (%)

Motivações	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	Total
facilidade de encontrar saída no mercado de trabalho	7	42	2	51
<b>perspectiva de uma carreira profissional</b>	<b>23</b>	<b>39</b>	<b>10</b>	<b>72</b>
prestígio do curso	3	43	4	50
prestígio da profissão	4	43	0	47
conselho de amigos/familiares	10	42	5	57
contribuição para o bom funcionamento da sociedade	13	39	5	57
contribuição para a transformação da sociedade	12	40	4	56
contribuição para o avanço das Ciências sociais	5	43	3	51
<b>conhecer melhor a realidade social (país/região)</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>61</b>
tradição familiar	1	46	0	47
proximidade geográfica	11	43	2	56
<b>interesse/gosto pessoal</b>	<b>53</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>83</b>
suposta facilidade do curso em relação a outros	4	45	0	49
outras razões	9	42	2	53

Fonte: Inquérito aos alunos de Sociologia das Organizações (IASO), 1997-98

Tal como é possível verificar, tendo em conta o facto de o questionário proporcionar nas respostas a oportunidade de escalonarem três motivações por ordem de importância, é de relevar que a resposta mais frequente das três primeiras motivações foi o interesse ou gosto pessoal, motivação que, de resto, surge, em primeiro lugar, como a mais referida. Segue-se uma segunda motivação, em que a formação em Sociologia surge como uma perspectiva de uma carreira profissional e, por fim, uma terceira que se prende com a curiosidade ou necessidade sentida de conhecer a realidade social da região e/ou do país, compreender e explicar os problemas desta sociedade, nomeadamente em termos de desigualdades e exclusões sociais. Convém, por fim, referir que o Curso de Sociologia, sendo nessa altura para 77% dos inquiridos o primeiro curso a frequentar, 23% já haviam frequentado um outro curso, denotando esta escolha uma valorização social do mesmo para aqueles que ou sentiram dificuldades noutros cursos ou simplesmente se desiludiram com as suas primeiras escolhas, inclusive alguns casos de cursos tradicionalmente prestigiados como medicina. Em contrapartida, entre os estudantes de Sociologia inquiridos apenas 4% tinham em mente mudar de curso.

Ainda no âmbito das potenciais motivações assinaladas no inquérito duas delas podem ser indiciadoras do modo como se orientam os alunos em relação ao actual sistema societal. A este respeito, detectam-se, em taxas aproximadas, dois posicionamentos básicos: um denotativo duma visão teórica mais pro-funcionalista *versus* um outro mais crítico que assume o conhecimento sociológico como susceptível de contribuir para a transformação da sociedade.

Um aspecto relevante a ser considerado é o de saber que factores ou motivos estão na base da escolha da Universidade do Minho. Se, por um lado, é certo que há alguns constrangimentos escolares que ultrapassam a vontade dos próprios alunos nomeadamente as médias do ensino secundário, as próprias classificações das disciplinas específicas e a nota de entrada em 13.4 na Universidade do Minho em 1996-97<sup>10</sup> – mais elevada em relação a certas Universidades (UBI, UE, UTL), mas mais baixa em relação a outras (UC, ISCTE, UP, UNL) – os factores mais decisivos na escolha da Universidade do Minho, tal como aliás noutras universidades em geral, são mais de ordem económica e proximidade geográfica, como é possível constatar no quadro 2:

---

<sup>10</sup> A média das notas de candidatura em 1996-97, situando-se em 13.4, pode considerar-se uma média razoavelmente boa que poderia ser mais elevada não fosse o abaixamento sofrido devido a ingressos extraordinários, transferências e mudanças de curso. Por outro lado, se comparássemos não a média entre 60 candidatos aceites mas apenas a média de entrada de alunos até ao 45.º lugar – *numerus clausus* presente noutras escolas – essa média poder-se-ia elevar para cerca de 14.5.

**Quadro 2: Grau de importância de frequência da UM (em %)**

Grau de importância	1*	2*	3*	4*	Índices
prestígio da instituição	34	45	17	4	3,22
maior número de vagas	6	32	40	22	1,66
maior leque de escolhas	15	45	30	9	2,4
maior aceitação no mercado de trabalho	14	44	31	12	2,33
sucesso de anteriores licenciados	13	35	34	19	2,04
prestígio dos professores	23	42	26	9	2,67
instituição estatal (menos onerosa)	47	29	16	8	3,38
proximidade geográfica	54	22	6	17	4,41
outra	59	24	0	18	3,67

Fonte: IASO, 1997-98

\*Legenda: 1 corresponde a «muita», 2 a «bastante», 3 a «alguma» e 4 a «nenhuma»

Estes dados que relevam a proximidade geográfica como o factor decisivo da escolha articula-se com um segundo: o facto de tratar-se de uma instituição de ensino público, cujos custos designadamente em propinas, como é do conhecimento geral, são bastante menos onerosos que os do ensino privado, a não ser que os custos de deslocação, nomeadamente das despesas de alojamento superarem os custos das propinas. Por sua vez, quer a proximidade geográfica, quer a frequência de escola superior pública assenta em razões de ordem económica e, eventualmente, afectiva, atendendo à proximidade do local de origem ou residência dos pais e demais familiares. Com efeito, em termos distritais e segundo os dados objectivos prestados pelos Serviços Académicos, a grande maioria dos candidatos seleccionados, em 1996-97, proveio dos distritos de Braga (48%) e do Porto e arredores (25%), perfazendo no total 73%, seguindo-se Viana do Castelo (10%), Vila Real (5%), Açores (3%), Madeira (3%) e os restantes 6% doutros distritos do continente. Os dois primeiros índices confirmam a tendência, também posteriormente sublinhada pela Comissão Externa de Avaliação do Curso de Sociologia das Organizações, da regionalização do Curso de Sociologia (das Organizações), de resto uma característica recorrente noutros cursos de Sociologia ministrados noutras Universidades. Ressalvando outras razões manifestas mas não especificadas, o prestígio da Universidade do Minho e seus professores surge, no conjunto dos factores de opção com um valor bom ou razoável em quarto e quinto lugar.

No quadro destes constrangimentos de ordem económica e geográfica, uma outra questão relevante consistirá em saber em que medida a escolha do Curso de Sociologia foi entendida como resultante de uma decisão e vontade íntima pessoal ou se nela influenciaram outras pessoas: familiares, amigos, professores, cuja intensidade e frequência podem-se ler-se através das respostas dadas no quadro 3.

**Quadro 3: Grau de influência exterior na opção do Curso (em %)**

Pessoas que influenciaram	Muito	Pouco	Nada
familiares	15	34	51
amigos	18	41	41
professores	11	26	63
outra	6	2	15

Fonte: IASO, 1997-98

A este respeito pode inferir-se a ideia de tratar-se, em grande medida, de uma decisão pessoal, admitindo-se alguma, ainda que pouca, influência por parte de amigos (41%), de familiares (34%) e de professores (26%). Só em casos, bem minoritários, a influência foi «muita»: 18% por parte de amigos, 15% por parte de familiares e 11% por parte de professores, tendo alguns/as mencionado outras figuras como a do pároco da aldeia, a dum «político conceituado» ou a de um funcionário no Gabinete de Acesso ao Ensino Superior.

Alargando a questão relativamente às imagens que os alunos de Sociologia (das Organizações) (re)criam acerca da Universidade, como se configuram essas imagens? Colocados perante certas afirmações sobre a Universidade, as respostas concordantes ou discordantes são reveladoras das imagens dos alunos acerca da Universidade e da sua maior ou menor frequência/incidência, em termos globais:

**Quadro 4: Imagens dos alunos sobre o lugar da Universidade (%)**

Imagens da Universidade	De acordo	Em desacordo	Sem opinião
ambiente de contactos refinados	22	33	45
contexto que fomenta a questão/interrogação	62	7	31
meio propício a debates científicos	92	4	6
oportunidade de desenvolver a autonomia pessoal	87	6	7
oportunidade de acesso à cultura	97	1	2
meio frequentado por pessoas com ambição	52	24	24
contexto que exige responsabilidade individual	92	4	4
fonte de saberes e valores ao serviço do país	73	14	13
oportunidade de alargar círculo de relações sociais	90	5	5
oportunidade de adquirir prestígio social	64	21	15
meio de intelectuais isolados	9	66	25
um bastião da tradição	27	42	31
oportunidade de aprender uma profissão	74	22	4
oportunidade de aprender a ser dirigente	36	42	22
meio neutral às lutas socio-políticas e ideológicas	13	62	25

Fonte: IASO, 1997-98

Se repararmos sobre quais as imagens mais frequentes sobre a Universidade, surgem as que vêem a Universidade como local e oportunidade de acesso à cultura e à ciência, de responsabilização individual e desenvolvimento da autonomia pessoal, o que pressupõe, nos seus quotidianos, um certo corte ou, pelo menos, certo distanciamento da tutela paternal, a qual se coaduna com a possibilidade de alargar o círculo de relações sociais num meio social novo ou mais amplo.

### 3.2. *Aproveitamento escolar: actividades relevantes e dificuldades*

A fim de aferir o grau de aproveitamento escolar, deveremos ter em conta os dados objectivos fornecidos pelos próprios Serviços Académicos, segundo os quais, entre 172 licenciados que, entre 1993 e 1997, finalizaram o curso, 143 (83%) fizeram-no durante os cinco anos previstos, 15% completaram-no com seis anos e apenas 2% ultrapassaram os seis anos. Em termos de género, mesmo considerado o rácio de 73% mulheres inscritas *versus* 27% de homens, 78.4% dos licenciados em 1996-97 eram mulheres e 21.6% eram homens, o que aponta para um ligeiro maior sucesso entre alunas finalistas.

Apesar de, quanto ao aproveitamento escolar, os resultados serem, de modo geral, satisfatórios, podem contudo fazer-se duas observações gerais. Uma primeira que se prende com constatação de uma clara distinção entre os 1.º e 2.º anos, por um lado e, por outro, os 3.º, 4.º e 5.º anos, por outro. Enquanto o 2.º e sobretudo o 1.º ano conheceram um maior grau de dificuldade e uma maior taxa de reprovações sobretudo nalgumas disciplinas, nomeadamente Sociologia I, Macroeconomia, Informática e Estatística, os 3.º, 4.º e 5.º anos revelaram menores dificuldades e um maior índice de sucesso e com classificações mais elevadas. Um número não negligenciável de alunos, além de satisfazerem a exigência do relatório de estágio, completaram alguma(s) das disciplinas em atraso nomeadamente das acima referidas.

Uma segunda observação resulta de, enquanto algumas disciplinas, tais como «Psicossociologia das Organizações» revelaram um índice de aproveitamento muito próximo dos 100% e com valores bastante elevados, outras como «Introdução à Sociologia», «Macroeconomia», «Informática», «Introdução ao Direito» e, sobretudo, «Estatística para as Ciências Sociais», apresentaram um panorama bastante diferente com consideráveis taxas de reprovação e valores tendencialmente mais baixos.

Estas duas observações exigiriam uma reflexão interna que detectasse não só as habituais e maiores dificuldades nalgumas disciplinas em razão da matéria e da eventual falta de preparação prévia no ensino secundário, mas também eventuais discrepâncias nos métodos pedagógicos, nos critérios práticos de avaliação e nos diferenciados níveis de exigência por parte dos docentes<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Não obstante algumas diligências pontuais levadas a cabo por sucessivos Directores de Curso, tal situação requer uma maior atenção, coordenação e sobretudo comunicação e

Das disciplinas com considerável taxa de insucesso destacava-se a Estatística que, embora tenha conhecido uma relativa melhoria em relação a anos anteriores graças a um desdobramento de aulas práticas e a um maior empenho e articulação dos respectivos docentes, os alunos denotam ainda bastantes dificuldades de aprendizagem, a que não deveriam ser estranhos o referido absentismo, alguma desadequação pedagógica em função do nível de conhecimentos prévios nesta área e sobretudo uma considerável impreparação no ensino secundário, na área da matemática, por parte de bastantes alunos.

Mais que os próprios resultados crucial será saber que factores e mecanismos contribuíram para um aproveitamento razoável ou até bastante bom por parte dos alunos na maioria das disciplinas. Embora pudéssemos extrapolar sobre eventuais causas do sucesso na grande parte das disciplinas, ater-nos-emos, para já, nas opiniões dos próprios alunos, tal como nos mostra o quadro 5.

**Quadro 5: Actividades relevantes para bom aproveitamento escolar (%)**

Actividades relevantes	1*	2*	3*	4*	Índices
assistir às aulas	35	42	21	3	3,22
ter bons contactos c/ alunos dos anos anteriores	12	42	37	9	2,23
estudar regularmente as matérias	49	38	10	3	3,69
constituir um bom grupo de trabalho	56	32	10	2	3,86
planificar o estudo	57	31	9	3	3,87
ter bons apontamentos da matéria	82	13	2	2	4,51
procurar informações complementares	39	42	16	3	3,37
dispor duma boa bibliografia sobre a matéria dada	51	38	9	2	3,05
preparar boas cábulas para usar nos exames	7	12	22	59	0,93
"colar-se" aos colegas durante os exames	4	6	23	67	0,61
resolver dúvidas da matéria com os docentes	43	35	16	6	3,36
outras	8	2	0	2	0

Fonte: IASO, 1997-98

\* Legenda: 1 corresponde a «muita», 2 a «bastante», 3 a «alguma» e 4 a «nenhuma»

debate interno no seio do corpo docente, nomeadamente entre os próprios responsáveis de cada disciplina, de modo a que, sem violar a relativa liberdade de cada docente na esfera dos conteúdos programáticos e nos métodos de avaliação, sejam testadas e aferidas as razões precisas dos diversos critérios e discrepâncias, diminuindo assim no possível graus de subjectividade e minimizando alguns efeitos negativos a este respeito, de resto apontados por alguns alunos mais críticos: redundância de matérias (por exemplo, Princípios de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Psicosociologia das Organizações), desarticulações entre conteúdos programáticos (v.g. Métodos e Técnicas e Informática), alguma impreparação ou desadequação pedagógica dum ou doutro docente (mesmo reconhecendo-lhe capacidade científica), a prioridade dada por alguns docentes às suas teses em detrimento da qualidade das aulas, o excesso de solicitação de trabalhos no 4.º ano, embora outros considerem a feitura de trabalhos algo positivo na sua formação.

Considerando os índices globais dos factores considerados mais relevantes infere-se que os factores mais importantes para o bom aproveitamento escolar residia em ter ou obter bons apontamentos da matéria leccionada nas respectivas aulas, seguindo-se, em índices aproximados, quer a capacidade de planificar o estudo, quer a habilidade de constituir um bom grupo de trabalho. Estas opiniões eram indicativas de que o segredo do aproveitamento escolar se circunscrevia ao estudo dos apontamentos das aulas dos docentes e menos em formas de pesquisa e estudo autónomos, nomeadamente na leitura dos textos de apoio e muito menos de textos não obrigatórios, ainda que relevantes para a matéria. O estudo regular das matérias e sobretudo a procura de boa bibliografia que fornecesse informações complementares só surgiam em quarto e quinto lugar respectivamente. Ainda que algo isoladas, alguns alunos/as acrescentaram sob forma de observação a *«importância de ter contacto próximo com os docentes no sentido de personalizar o aproveitamento escolar com estes, ou seja, dar graxa»* (aluna 4.º ano).

A maior parte ou, pelo menos, uma parte considerável dos alunos/as limitava-se a seguir com relativa assiduidade as aulas teóricas e práticas/teórico-práticas: respectivamente 84% e 86% afirmaram assistir regularmente. Estes dados surgem, em face doutros indicadores e opiniões, algo empoados, se bem que se deva ter em conta que a taxa de inquiridos tenha ficado subrepresentada entre os trabalhadores-estudantes e outros alunos amiúde absentistas.

O acompanhamento da matéria e a adopção de atitudes atentas e participadas era partilhada por 58% e 85% dos alunos/as respectivamente, do mesmo modo que a matéria das aulas era estudada individualmente ou em grupo por 54% dos alunos/as, as dúvidas eram esclarecidas regularmente junto dos docentes por 55% dos alunos e a bibliografia recomendada era consultada por 73% dos alunos, dados estes igualmente sobrestimados, quando aferidos pela percepção e visão dos próprios docentes também inquiridos no quadro da autoavaliação do Curso.

Há, porém, algumas disciplinas tais como Estatística, Macroeconomia e Sociologia I, cujos resultados são bastantes deficitários, como referimos. Cerca de 74% dos alunos consideravam haver adequação na preparação do ensino secundário para o ensino superior, mas esta posição não era corroborada por observações e comentários pela maior parte dos docentes e por uma minoria dos alunos/as, nomeadamente dos mais avançados no Curso em relação às suas experiências nos primeiros anos do Curso. Por exemplo, relativamente à necessidade do conhecimento de línguas como instrumentos necessários para a consulta da bibliografia fornecida pelo docente, só

59% afirmam possuí-lo. Das hetero e autoavaliação<sup>12</sup> do curso se infere uma preocupação quanto à insuficiente preparação dos alunos em termos de competências culturais e linguísticas, capacidade de interpretação, análise e síntese e mesmo de expressão ortográfica, além de outras deficiências específicas em particular no tocante à disciplina de matemática, o que se reflecte nas classificações da Estatística. Tais insuficiências não resultam, em regra, da menor capacidade cognitiva dos alunos mas mais certamente das deficiências trazidas do ensino básico e secundário, cujas causas merecem uma profunda reflexão de todos os intervenientes no processo educativo e, em especial, dos especialistas nesta área de pesquisa.

**Quadro 6: Alunos e entreajuda colegial: avaliação (%)**

Avaliação das relações	1*	2*	3*	4*	Índices
Relações de entreajuda a nível geral	4	43	35	19	1,84
Relações de entreajuda a nível de grupos restritos	32	44	21	3	3,13

Fonte: IASO, 1997-98

Legenda: 1 corresponde a «muita», 2 a «bastante», 3 a «alguma» e 4 a «nenhuma»

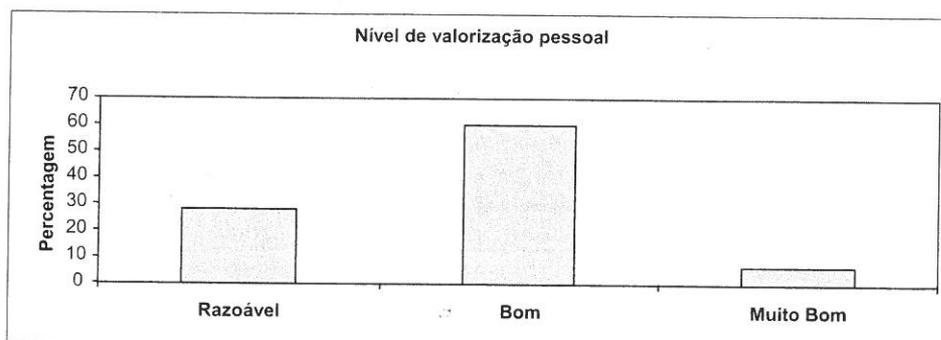
Os resultados relativos às formas de ajuda entre colegas evidenciam que não se verificava um clima de ajuda generalizada, circunscrevendo-se esta mais a nível de grupos restritos, o que vem aliás confirmar que um dos meios mais eficazes de ter bom aproveitamento passava pela formação de um bom grupo de trabalho. Alguns referem que deveria haver mais ajuda sobretudo por parte colegas de anos anteriores, mas que estes «*não são acessíveis*» ou mencionam «*as invejas*», «*as rivalidades e até inimizades*» entre colegas, «*a existência de grupos restritos que se isolam dos restantes*».

<sup>12</sup> Em breve inquérito dirigido aos docentes também foi notável a percepção, por parte destes, de consideráveis insuficiências e deficiências dos alunos provindas do ensino secundário: salvo 12% que consideravam como bom o nível de preparação para ingresso no ensino superior, 47% consideravam-no regular e 35% insuficiente. Esta situação, que parece ter vindo a degradar-se progressivamente e é sobretudo notável nos primeiros anos da licenciatura, comporta, tal como já foi referido, deficiências e insuficiências a nível da expressão oral e sobretudo escrita com inúmeros erros a nível ortográfico e sintáctico, dificuldade de interpretação, análise e síntese. Estas insuficiências, além de comportarem dificuldades de comunicação verbal e sobretudo escrita dos alunos nos trabalhos, testes e exames, implicam amiúde um esforço suplementar de explicação por parte dos docentes.

Um outro aspecto sublinhado por vários docentes consiste no facto de bastantes alunos universitários continuarem a manter 'vícios' de estudo 'liceais': uma acentuada aprendizagem memorística, um apego demasiado literal aos apontamentos das aulas, uma inexistente ou mínima procura e leitura de obras ou artigos assinalados na bibliografia, o que os torna não raro incapazes de relacionar matérias e confrontar teorias com alguma assimilação própria.

Assim, no inquérito específico aos alunos de Sociologia das Organizações, quando questionados sobre a valorização pessoal proporcionada pelo Curso, as respostas obtidas foram as que a seguir se expõem:

Gráfico 1



Fonte: IASO, 1997-98

Visto o problema da opção do Curso de Sociologia (das Organizações) *a posteriori*, ou seja, a partir da percepção e vivência dos alunos/as inquiridos e tendo em conta a valorização pessoal que o Curso lhes estava facultando, as opiniões dominantes eram largamente positivas. De acordo com o gráfico 1, ao lado de cerca de 28% de alunos que consideraram como 'razoável' o Curso em termos de nível de valorização pessoal, 60% dos alunos assumiram-no como 'bom' e 7% como 'muito bom'<sup>13</sup>.

### 3.3. Meio escolar, estrutura curricular e apreciação dos docentes

Uma primeira percepção, senão consensual, pelo menos maioritariamente expressa pelos alunos é a de a Universidade do Minho oferecer aos seus alunos espaços e equipamentos relativamente bons, pelo menos em comparação a outras Universidades nacionais, nomeadamente clássicas, e até estrangeiras, o que não significa que, com o crescimento dos corpos docente e discente não possam ser mais racionalizadas as infraestruturas e equipamentos, de modo a tornar os espaços mais funcionais e os equipa-

<sup>13</sup> Por sua vez, de acordo com o inquérito levado a cabo em 1997-98 junto dos licenciados por Gonçalves (2001), foi igualmente possível apurar que, no tocante à valorização pessoal facultada pelo Curso, dos 98 inquiridos, salvo 9.2% que o acharam 'razoável' e 1% 'mau', 64.3% consideraram-no 'bom' e 25.5% mesmo 'muito bom'.

mentos mais adequadamente utilizados, Não é, portanto, a falta de infra-estruturas, espaços ou equipamentos que inibe os alunos de terem uma frequência assídua às aulas. Pelo contrário, a este respeito, foi questionado, sobretudo por parte de trabalhadores-estudantes, o facto de não ter sido potenciada a utilização de tais infraestruturas e equipamentos noutros horários, nomeadamente à noite, o que possibilitaria uma maior frequência às aulas sobretudo a estudantes-trabalhadores.

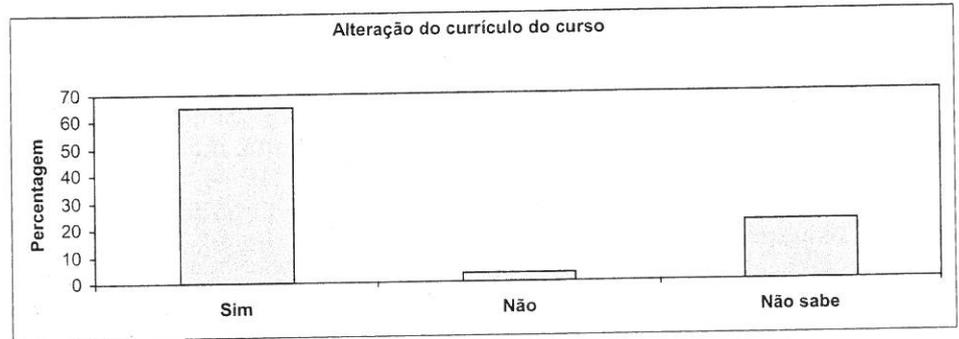
Ainda no tocante à assiduidade às aulas teóricas, teórico-práticas ou práticas, respectivamente 84% e 86% afirmaram assistir regularmente, dados estes que surgiam, em face doutros indicadores e opiniões, algo empolados. A assiduidade nomeadamente entre trabalhadores-estudantes era bastante mais baixa, não obstante os sacrifícios suplementares feitos por estes e das dificuldades tidas no local de trabalho em relação à frequência do Curso. A este respeito, salvo 31% dos trabalhadores estudantes que afirmaram não ter qualquer problema no trabalho por causa da frequência do Curso, 38% manifestaram dificuldades na dispensa do horário legalmente facultado aos trabalhadores-estudantes, 25% aduziam incompreensões dos superiores e 6% a falta de colaboração por parte de colegas no trabalho, relatando mesmo algumas peripécias reveladoras da inveja suscitada, junto de chefes e colegas, pela frequência do Curso.

Estes problemas só se resolveriam através da implementação de cursos nocturnos ou, pelo menos, com maior flexibilidade pós-laboral na Universidade do Minho, para estudantes-trabalhadores seria a única solução consentânea com as tarefas profissionais. Entre os vários protestos de estudantes-trabalhadores, é de referir um documento elaborado por um dos alunos que apontava a Universidade Portuguesa – incluindo a do Minho «situada num espaço nevrálgico» da região – destinada a elites, ao não proporcionar aos estudantes-trabalhadores cursos nocturnos e de aprendizagem ao longo da vida, porque seriam largas as centenas de deste tipo de candidatos «*porque não nasceram em berços de ouro*» e tiveram que trabalhar desde cedo.

O acompanhamento da matéria e a adopção de atitudes atentas e participadas era partilhada por 58% e 85% dos alunos respectivamente, do mesmo modo que a matéria das aulas era estudada individualmente ou em grupo por 54% dos alunos, as dúvidas eram esclarecidas regularmente junto dos docentes por 55% dos alunos e a bibliografia recomendada era consultada por 73% dos alunos, dados de opiniões certamente sobrestimados, quando aferidos com a percepção e a visão dos próprios docentes e até por outras respostas dos alunos (cf. quadro 5).

Uma das questões colocadas no inquérito aos alunos prendia-se com a sua percepção relativamente à estrutura curricular do curso, nomeadamente se deveria ser alterado e em que blocos de matérias, evitando assim personalizar demasiado as respostas em função dos responsáveis e/ou docentes efectivos das disciplinas.

Gráfico 2



Fonte: IASO, 1997-98

Para cerca de 65% dos alunos a alteração curricular era considerada necessária, podendo assim ser inferido *a posteriori* que a alteração ocorrida no ano curricular de 1996-97 veio de encontro ao sentir maioritário dos alunos, embora alguns deles tenham referido e lamentado não terem beneficiado, pelo menos em parte, da reestruturação em curso. Tendo ainda sido questionados os alunos/as favoráveis à alteração curricular sobre quais as áreas temáticas que deveriam ser introduzidas e/ou alteradas, as suas respostas a este respeito distribuíram-se do seguinte modo, tal como se pode verificar no quadro 7.

Quadro 7: Alterações por blocos disciplinares

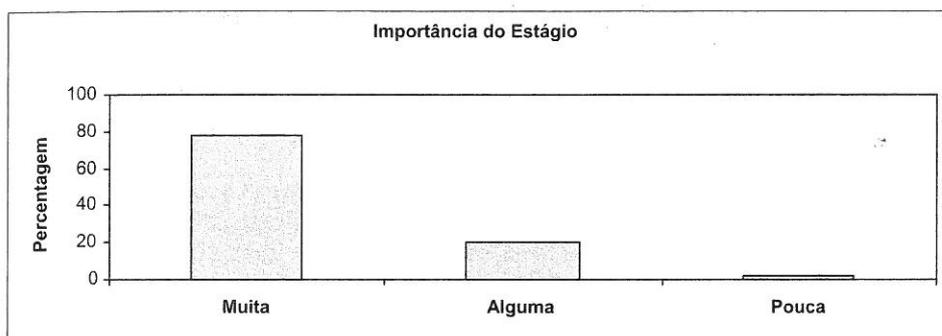
1. Sociologias Especializadas (Rural/Úrbana, Trabalho, Poder, Família)	17%
2. Sociologia/Teorias Sociológicas	22%
3. Ciências afins (Antropologia, História, Economia)	27%
4. Métodos/Técnicas de investigação + Estatística + Informática	33%

Fonte: IASO, 1997-98

Embora em índices pouco elevados, a necessidade de alteração pressupõe que esta ocorresse para melhor em certos blocos disciplinares, a saber, nalgumas ciências afins à Sociologia e sobretudo na área dos Métodos e Técnicas de Investigação, incluindo certamente as disciplinas de Estatística e de Informática.

Relativamente aos estágios, atendendo às informações das sucessivas Direcções do Curso<sup>14</sup> e, ultimamente, às Comissões de estágio – cujo papel tem sido notável na obtenção e no acompanhamento dos estágios – dos orientadores da Universidade e sobretudo dos locais de estágio e às próprias percepções dos alunos finalistas, a experiência destes parece ser positiva na medida em que o estágio representa um primeiro contacto com o mundo do trabalho e, em bastantes casos, o começo duma via de saída profissional. Por estas e outras razões, os alunos continuam a atribuir ‘muita importância’ ao estágio, tal como se pode inferir do seguinte gráfico.

Gráfico 3



Fonte: Fonte: IASO, 1997-98

Salvo cerca de 2% dos alunos que «pouca» importância atribuem ao estágio e 20% que atribuem «alguma», 78% conferem-lhe «muita» importância, o que também é corroborado pelas diversas opiniões de outras entidades e de bastantes dos próprios estagiários e licenciados. Por razões económicas os alunos estagiários que, por regra, não têm estágio remunerado ou apenas recebem *a posteriori* subsídio do PRODEP, preferem ter estágio junto do local de trabalho e/ou residência, tal como se pode depreender das seguintes respostas ao local preferido de estágio:

<sup>14</sup> Até 1999-2000 o Director de Curso assumia praticamente por inteiro a responsabilidade de solicitar a entidades e empresas estágios para os alunos/as, tendo de deslocar-se por vezes a estas para a feitura de protocolos e afectar, em articulação com as empresas ou instituições de acolhimento, os estagiários/as. Esta situação de sobrecarga – constatável inclusive nalgumas respostas de alunos/as que reclamavam um ou mais assistentes nesta tarefa – foi reconhecida pelo relatório da própria Comissão de Avaliação Externa e que, segundo esta, exigiria uma intervenção da Reitoria na criação duma Comissão de Estágios, a qual acabou por ser formada não por intervenção superior mas a partir do Departamento e Direcção do Curso que pôde contar com o apoio dalguns docentes na Comissão de Estágios.

**Quadro 8: Local preferido para estágio e profissão (%)**

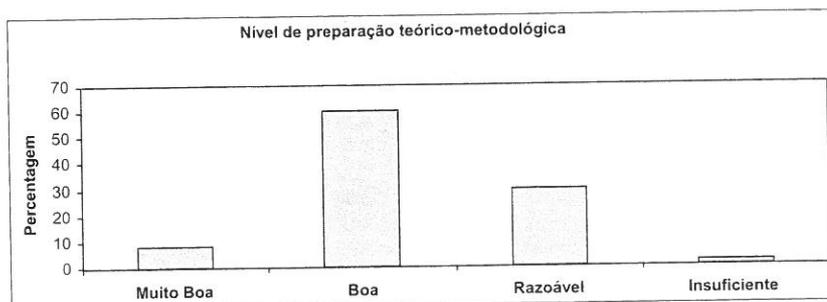
Local preferido	Estágio	Profissão
1. Braga	62	53
2. Guimarães	8	9
3. Porto	19	22
4. Viana do Castelo	10	12
5. Lisboa/Vale do Tejo	3	4
6. Beira Litoral	2	3
7. Trás-os-Montes e Alto Douro	3	5
8. Alentejo	1	1
9. Algarve	2	1
10. Beira Interior	0	0
11. Madeira/Açores	5	3
12. Estrangeiro	11	6

Fonte: IASO, 1997-98

Quer em relação ao local de estágio, quer em relação ao local para exercer a profissão, os alunos de Sociologia (das Organizações) preferem, por razões de proximidade ou ligação às suas terras de origem ou de residência, permanecer numa das cidades mais próximas, salientando-se a cidade de Braga não só por razões de proveniência e/ou residência mas certamente também pelos laços criados no local onde estudam: a cidade de Braga. Seguem-se as cidades do Porto e outras situadas na região do Minho, além do estrangeiro provavelmente para os mais ávidos de conhecer e enriquecer-se com experiências e mundos diferentes. As regiões do interior e do Alentejo não são de modo algum atractivas para os estudantes de Sociologia (das Organizações).

Um aspecto relevante é o que se prende com a apreciação dos alunos em relação aos seus docentes, a qual é, em regra geral, positiva. Começando pelo nível de preparação teórico-metodológica, as respostas ao inquérito mostram os seguintes resultados:

**Gráfico 4**



Fonte: IASO, 1997-98

Salvo um ou outra resposta isolada segundo a qual um ou outro professor/a deveria ser substituído ou, a propósito da reestruturação do curso, também devia ser «reestruturado», uma percentagem não desprezável de alunos considera o nível de preparação teórico-metodológica dos docentes como 'razoável', cerca de 60% entende-a como 'boa' e 8% como 'muito boa'. Não só nos próprios inquiridos como, por vezes, nas reuniões de Curso ou nas reuniões abertas a todos os alunos foi possível constatar, de facto, algumas queixas e alguma insatisfação sobre o nível ou qualidade no ensino nomeadamente nalgumas disciplinas. Apesar disso, predominam contudo as opiniões favoráveis ao Curso e aos seus docentes a começar pela preparação teórico-metodológica facultada pelo Curso até ao próprio acompanhamento e atendimento dos alunos no âmbito das aulas ou nos gabinetes.

Uma opinião semelhante é partilhada pelos antigos alunos, hoje licenciados em Sociologia das Organizações. Se é certo que há uma fatia considerável dos 98 licenciados inquiridos que consideram a preparação teórica facultada pelo Curso razoável (27.6%) ou mesmo má (3.1 %), para 61.2% dos inquiridos a preparação teórica facultada pelo Curso foi boa e para 8. % foi até muito boa, o que, afirmado por ex-alunos com alguma experiência profissional, constitui um sinal bastante positivo da avaliação do Curso e dos seus docentes<sup>15</sup>.

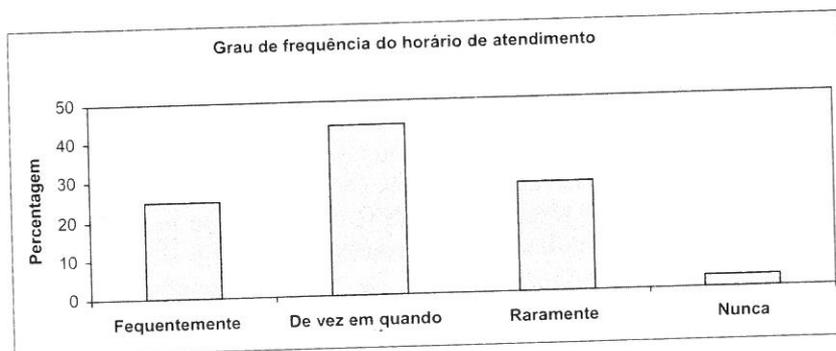
Já, porém, relativamente à preparação prática do Curso no sentido da vertente utilitária e profissionalizante, há da parte dos licenciados uma opinião desfavorável. Exceptuando 20.7% que consideraram a preparação prática 'boa' ou 'muito boa', 42.3% e 37.1% acharam-na razoável e 37.1% desclassificaram-na como 'má' ou insuficiente, dados estes que merecem alguma reflexão não só sobre os resultados mas também sobre as razões destas opiniões. A este respeito, sem rejeitar a hipótese de haver algum desajustamento entre o saber teórico e o saber-fazer profissionalizado do ofício de sociólogo em diversos sectores da actividade, importaria questionar até que ponto não estaremos a assistir a um fenómeno generalizado de abaixamento do nível de exigência teórica crítica não só prestada mas sobretudo procurada pelos próprios alunos, sobretudo por aqueles alunos que procuram no curso aplicações «práticas», «utilitárias» na sua terminologia.

---

<sup>15</sup> Cf. Gonçalves (2001). Quanto às opiniões dos empregadores, não foi possível obtê-la de modo sistemático, de forma a extrair conclusões gerais e conclusivas. No entanto, dalguns contactos periódicos havidos, por parte das Direcções de Curso, com alguns orientadores locais de estágios e até com responsáveis de entidades ou organizações com estagiários e/ou recém-licenciados periodicamente com a Direcção do Curso é opinião maioritária desses responsáveis nas mais diversas organizações públicas e privadas que o desempenho dos sociólogos saídos da Universidade do Minho é satisfatório e, por vezes, notável, correspondendo assim ou até superando as expectativas dos empregadores.

Procurando saber com que frequência os alunos utilizam o horário de atendimento destinado pelos professores do curso, as respostas distribuem-se do seguinte modo.

Gráfico 5



Fonte: IASO, 1997-1998

Se cerca de 28% dos alunos raramente procuram os professores no horário de atendimento para 'tirar dúvidas' ou 'pedir esclarecimentos', 44% dos alunos procuram-nos de vez em quando e 25% fazem-no 'frequentemente'. Alguns mostraram ter, por vezes, alguma inibição pelo facto de os gabinetes de atendimento estarem superlotados e com outros docentes ou alunos presentes no mesmo gabinete. Em todo o caso, dum ou doutro modo, com uma frequência de atendimento mais raro ou mais frequente, os objectivos foram, na grande maioria dos casos, atingidos, tal como se pode ver pelo seguinte quadro.

Quadro 9: Atendimento dos alunos e realização dos objectivos

1. raramente	0%
2. não me serve de nada	0%
3. por vezes não atinjo os objectivos	35%
4. em geral, atinjo sempre os objectivos	65%

Fonte: IASO, 1997-1998

Tal como se pode ler do quadro 9, se 35% refere só por vezes atingir os seus objectivos nomeadamente através de 'tirar dúvidas' durante o tempo de atendimento, a grande maioria realiza os seus objectivos, independente-

mente do atendimento por parte dos professores. Alguns alunos, além de manifestar a inexistência de um acompanhamento mais próximo através do atendimento, queixavam-se do facto de cada turma ter um elevado número de alunos, além duma pesada e enorme carga lectiva. Nos primeiros dois anos de transição do Curso diversas foram as queixas dos alunos pelo facto de se reunirem numa turma única alunos do antigo Curso de Sociologia das Organizações e os primeiros anos do Curso de Sociologia.

Procurando ainda indagar em que medida os alunos têm contacto com os professores fora do espaço escolar lectivo e sobre que temas os alunos 'falam' com os seus professores, as respostas são as seguintes que constam no seguinte quadro:

**Quadro 10: Temas de conversa entre professores e alunos fora do espaço lectivo**

Temas de conversa extra-lectiva	
1. seus problemas pessoais	0%
2. problemas gerais da Universidade/Ensino Superior	7%
3. temas de ordem sócio-cultural geral (política, desporto)	7%
4. organização do curso	17%
5. ensino (programa, métodos)	25%
6. vida profissional	25%
7. aspectos e temas da Sociologia	39%
8. trabalho escolar	93%

Fonte: IASO, 1997-1998

Por fim, uma boa maneira de aferir até que ponto os alunos de Sociologia (das Organizações) estavam globalmente satisfeitos com o seu Curso foi apurar que, de acordo com a sua convicção, 84% dos alunos aconselhariam os seus amigos/as a ingressar no Curso de Sociologia (das Organizações), o que de resto, além de ser gratificante para os docentes do Curso, mostra como a Sociologia é social e cientificamente valorizada<sup>16</sup>, embora entre as posições minoritárias inibiam-se de especificar ou simplesmente não aconselhariam outros por várias razões, nomeadamente pelas incertezas no mercado de trabalho.

<sup>16</sup> Esta (auto)avaliação altamente favorável é também verificável com base na apreciação mais amadurecida dos recém-licenciados em Sociologia das Organizações da Universidade do Minho, cujos resultados do inquérito permitem igualmente inferir, pelo teor das respostas, um elevado grau de satisfação. Salvo para 28% dos licenciados para quem o seu curso é razoável e para 4% mau ou insuficiente, para 62% o Curso é bom e para 6% é mesmo muito bom (Gonçalves, 2001).

### 3.4. *Expectativas e projectos após licenciatura*

Questionados os alunos/s sobre se pensavam prosseguir estudos após a licenciatura, as respostas eram maioritariamente afirmativas: 63% tencionavam prosseguir estudos *versus* 37% que declararam não estar nos seus horizontes tal objectivo. Dos que responderam afirmativamente, as respostas apresentavam os seguintes valores percentuais:

**Quadro 11: Modalidades de prossecução de estudos pós-graduados (%)**

1. pós-graduação	22%
2. mestrado	58%
3. doutoramento	12%
4. especialização profissional	26%
5. formação contínua	33%

Fonte: IASO, 1997-1998

De entre os que pretendem prosseguir os estudos, 59% não almejam grandes voos académicos, preferindo, quando muito, a formação contínua no trabalho ou uma especialização profissional. Outros, porém, admitem, entre outras modalidades, a graduação pós-escolar e, sobretudo, em 58% dos casos, a obtenção do Mestrado. Só uma minoria de 12% ambiciona obter o doutoramento, alguns dos quais manifestaram desejo de ser docentes universitários designadamente na Universidade do Minho.

Voltando a atenção para os que não pensam prosseguir estudos, o seguinte quadro dá-nos conta das principais razões desta opção:

**Quadro 12: Razões da não prossecução de estudos pós-graduados (%)**

1. pretendo ter uma profissão no imediato	74%
2. quero ser financeiramente autónomo	41%
3. o esforço exigido não é compensado financeiramente	8%
4. tenho outros encargos familiares/profissionais	25%
5. não vale a pena	5%
6. outra	10%

Fonte: IASO, 1997-1998

Confrontados com a questão relativa ao sector onde desejariam exercer a sua profissão como sociólogos/as, o quadro 13 mostra-nos as preferências e/ou perspectivas dos alunos a este respeito, as quais se aproximam do próprio sector onde preferem estagiar. De entre os vários sectores, os quatro que merecem maior atenção ou projecção, por parte dos alunos, quer em relação ao estágio, quer sobretudo em relação ao exercício da profissão, são os empregos (i) junto das autarquias ou da administração central, provavelmente associado à ideia de estabilidade, que é, sem dúvida, como veremos de seguida, o traço mais importante atribuído ao emprego; (ii) as empresas privadas, particularmente as grandes empresas, e as empresas ou gabinetes de consultoria por alegadamente oferecerem melhores salários; e (iii) associações para o desenvolvimento e associações recreativas ou culturais, as quais, independentemente dos níveis salariais, oferecem um maior grau de envolvimento e iniciativa pessoal. Segue-se o sonho de serem futuros investigadores para 18%, os quais, associados ao desejo de exercer a profissão enquanto docentes de Sociologia no ensino secundário e superior (21%), formam um segmento considerável de alunos com estas aspirações.

**Quadro 13: Sector preferido para estágio e exercício da profissão (em %)**

Sector preferido para	Estágio	Profissão
1. Ensino Secundário	9	12
2. Ensino Superior	5	9
3. Investigação	14	18
4. Empresas privadas	27	25
5. Associações patronais	6	6
6. Sindicatos	5	2
7. Autarquias/Administração pública	39	41
8. Consultoria/Gabinete de Estudos	21	23
9. Associações recreativas/culturais	19	17
10. Associações p/ o desenvolvimento	22	27
11. Empresa/Emprego próprio	3	10
12. Outro	6	9

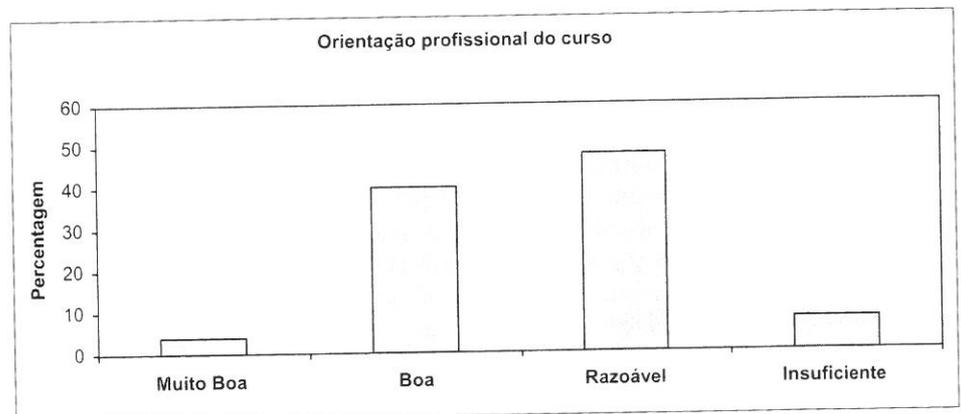
Fonte: IASO, 1997-98

As taxas de preferência e projecção da profissão em relação ao ensino da Sociologia poderiam provavelmente subir, se o Ministério da Educação garantisse essa saída profissional com a criação de um grupo de ensino em ciências sociais, tal como o previu um projecto de portaria entretanto abor-

tado. Não obstante o facto de, por diligência da Direcção do Curso e doutros órgãos superiores da Universidade do Minho, o Curso de Sociologia das Organizações ter sido reconhecido, para efeitos de habilitação para a docência no ensino básico e secundário, em terceiro escalão do 7.º Grupo disciplinar (Economia e Direito), a situação é considerada grave pelos próprios alunos que manifestaram, através dos seus representantes do NECSO, a sua posição por escrito pelo facto de o Ministério de Educação, na formação do ensino básico e secundário, continuar a ignorar as ciências sociais nomeadamente a Sociologia e, mesmo quando esta é dada opcionalmente, acaba por ser dada por filósofos, juristas, economistas, psicólogos mas não ou muito raramente por sociólogos<sup>17</sup>.

Uma preocupação central, compreensível e justa, por parte dos alunos, é a saída profissional do seu Curso de Sociologia das Organizações. Nesse sentido, foi feita a pergunta aos alunos do Curso como é que eles avaliavam o Curso enquanto orientado para o exercício de uma profissão, sendo as respostas as seguintes:

Gráfico 6



Fonte: IASO, 1997-98

<sup>17</sup> Este problema tem sido igualmente objecto de preocupação de várias escolas universitárias e associações nomeadamente a Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Em 1997 a APS, juntamente com Departamentos e Direcções de Curso de várias escolas universitárias onde se ensina Sociologia, enviou um *memorandum* ao então Ministro da Educação, Marçal Grilo, onde se estabeleciam as exigências mínimas em 52 créditos distribuídos por quatro blocos de disciplinas: teorias, métodos e técnicas, sociologias especializadas e ciências afins à Sociologia.

Relativamente às perspectivas de obter emprego, os alunos de Sociologia das Organizações<sup>2</sup> não tinham uma posição tão optimista a respeito da orientação profissionalizante do Curso: cerca de 48% consideravam-na 'razoável', 40% 'boa', contrastando assim com a percepção positiva acerca do bom nível teórico-metodológico do Curso e a valorização pessoal facultada pelo mesmo<sup>18</sup>. Alguns avançam mesmo a existência e a eficácia do sistema de «cunhas» na obtenção de empregos, sendo afastados não raro candidatos com melhores classificações ou mérito no seu currículo.

As respostas dos alunos acerca do seu futuro profissional não deixam de estar perpassados de certa apreensão, a que não são estranhos certos 'medos' e 'expectativas' construídas mas, na maioria dos casos, ainda não testadas, mas já referenciados por um número considerável de alunos. Por isso, a abordagem junto dos licenciados constitui um critério mais fidedigno, porque assente na evolução factual, mesmo que sobre esta possam divergir as interpretações. Tal como conclui Gonçalves (2001), salvo 6% de licenciados que procuram emprego, 94% estão empregados, dos quais 81% se enquadram parcialmente no âmbito do Curso e 66% totalmente na área da Sociologia. Apesar de uma taxa de empregabilidade bastante elevada, importa não ignorar dois aspectos algo negativos: a precariedade no emprego por parte de 58% dos licenciados em Sociologia das Organizações e o facto de as remunerações mensais auferidas por parte de 84% dos mesmos se situarem, na moeda então vigente ao tempo do inquérito em 1998, entre os 100 e os 200 contos (cf. Gonçalves, 2001).

## Conclusões

A evolução e os resultados do Curso de Sociologia das Organizações demonstraram a pertinência e a justeza da sua criação, o Curso possui as infraestruturas e recursos adequados e apresentou pontos fortes. Porém, os seus promotores e continuadores, ao denotarem também algumas fragilidades, souberam também supri-las, preparando, debatendo e apresentando uma proposta de reestruturação que acabaria por ter o acolhimento e a aprovação não só dos órgãos superiores da Universidade do Minho mas inclusivamente a adesão maioritária dos corpos docente e discente. Se consideramos que os resultados globalmente são positivos, não deixamos de relevar alguns aspectos e questões que, tendo em conta as opiniões e comen-

---

<sup>18</sup> Para um maior desenvolvimento, quer em relação às saídas profissionais na Sociologia quer ao fenómeno da transição do diplomado para a vida activa, inclusive noutras áreas como a Engenharia, cf., entre outros, Costa (1998), APS (1990), Marques e Veiga (1996), Silva *et al.* (1998), Gonçalves (2001), Gonçalves *et al.* (2001), Marques (2002).

tários de alunos, docentes e outros intervenientes, merecem alguma reflexão relativamente ao percurso do Curso de Sociologia (das Organizações) na Universidade do Minho.

Ligado a esta, uma outra questão que deverá suscitar alguma preocupação é uma certa taxa de absentismo dos alunos, sobre cujo fenómeno importaria averiguar as razões. É, porém, provável que tal situação, para além da impossibilidade ou dificuldade dos estudantes-trabalhadores, se prenda com determinadas razões tais como desinteresse dos alunos em problematizar e suscitar debate nas aulas, convicção da dispensabilidade do docente substituível pela leitura dos apontamentos de colegas e estudo em casa e, possivelmente, qualidade de algumas aulas, se bem que todas estas razões deveriam ser testadas numa pesquisa cuidadosa.

Relativamente aos estágios, estes, pelo menos na sua larga maioria, detêm uma relevância não só académica mas também social e prática. Não só contribuem a aumentar o conhecimento de fragmentos da realidade social em vários sectores, como comportam um carácter de intervenção na mudança de aspectos estruturais da sociedade, de modo a detectar 'disfunções' ou conflitos nas relações sociais, de melhorar as condições de trabalho, de contribuir para uma optimização de recursos ou, pelo contrário, despoletar problemas e situações de opressão, marginalidade e exclusão social. Com o estágio o aluno não só tem oportunidade de aplicar os seus conhecimentos teóricos como aprende a manejar na prática certos métodos e técnicas de investigação, a iniciar-se mais autonomamente numa inter-acção com o meio ambiente e com os seus 'objectos' de estudo. A prática do estágio tem, portanto, mantido a sua validade e interesse não só porque permite a aplicação dos conhecimentos teóricos, mas também porque pode significar um primeiro passo em direcção à inserção do aluno(a) no mercado de trabalho.

Dado que, salvo casos excepcionais, o estágio não obriga a qualquer remuneração por parte da instituição acolhedora, - o que é, em regra, proposto e aceite pelas partes envolvidas no protocolo - o(a) aluno(a) não só presta, em regra, trabalhos e serviços na empresa ou instituição sem qualquer contrapartida remunerada, como ainda, por cima, vê-se confrontado com despesas acrescidas de alimentação, habitação, transportes. Esta situação, configurando uma relação de certa dependência e subalternidade do aluno não só face à empresa/instituição como, eventualmente, à própria família, exige, perante a lógica implacável da economia de mercado, alguma compensação que só as instâncias estatais e fundos sociais europeus poderão suprir. Tal compensação é aliás da mais elementar justiça, pois trata-se de prestação de um trabalho (semi)qualificado, cujo produto final reverte certamente a favor da respectiva instituição ou empresa e da sociedade, em geral. Esta constitui uma outra razão forte que justifica, portanto, plenamente a candidatura ao financiamento dos estagiários do curso de Sociologia das

Organizações da Universidade do Minho pelo PRODEP. No entanto e independentemente deste canal de subsídio parcial dos estágios, algumas empresas (Caixa Geral de Depósitos, Seguradora Império), autarquias e sobretudo algumas instituições centradas na área do desenvolvimento ou das políticas sociais têm começado a contribuir para os gastos de transporte e alimentação dos estagiários. Mas, salvo casos excepcionais, os estagiários, realizando um trabalho (semi)qualificado e de interesse para as empresas e instituições, não são ainda devidamente valorizados em termos científicos, sociais e económicos, pelo que as empresas, as instituições e o próprio Estado deveriam ser co-responsabilizadas, de modo a ser co-responsáveis, também financeiramente na medida do possível, pelo aproveitamento da força de trabalho dos estagiários que deveriam ser minimamente remunerados.

## Bibliografia

- APS (Associação Portuguesa de Sociologia) (1990), *Experiências e papéis profissionais dos sociólogos*, Lisboa: APS.
- BERTAUX, Daniel (1977), *Destinos sociais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes Editora.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1975) (1970), *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- COSTA, António Firmino (1998), «Cultura profissional dos sociólogos» in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 5: 107-124.
- GONÇALVES, A. (2001), *Nas asas do diploma. A inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem, Apontamentos, Braga: Universidade do Minho.
- GONÇALVES, A., ALMEIDA, Leando S., VASCONCELOS, R. e CAIRES, S. (orgs.) (2001), *Da Universidade para o Mundo do Trabalho: Desafios para um diálogo*, Universidade do Minho, Conselho Académico.
- GUM (1996-97), *Guia da Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.
- MARQUES, A. P. (2003), «Outras Transições? Configurações e problemáticas de socialização juvenil», *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia n.º 5, Vol. 21 (1-2), Braga, Universidade do Minho, pp. 141-161.
- MARQUES, A. P. (2002), *Entre o Diploma e o Emprego: A Inserção Profissional dos Jovens Engenheiros*, Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, ICS.
- MARQUES, A. P. e VEIGA, C., (1996), «Inserir a Sociologia na profissão», *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), Braga, Universidade do Minho.

MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and society: from the Stanpoint of a Social Behaviorist*, Chicago, University of Chicago Press.

PIAGET, Jean (1967), *Biologie et connaissance*, Paris, Gallimard.

PIAGET, Jean (1970), *Épistemologie des sciences de l'homme*, Paris, Gallimard.

PINTO, J. M. (1994), *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*, Porto Afrontamento, pp. 29-42.

SILVA, Manuel Carlos (1999), «O lugar do sociólogo em contexto universitário. Alguns elementos para reflexão sobre o ensino da Sociologia na Universidade» in A. N. de Almeida *et al.* (org.) *A Sociologia e o Ensino Secundário: 85-98*, Oeiras: Celta Editora.

SILVA, Manuel Carlos *et al.* (1998), *Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Sociologia das Organizações, 1996-1967*, Braga: ICS, Universidade do Minho (policopiado).

SUAUD, Charles (1978), *La vocation*, Paris, Minuit.

Separata da Revista  
*CADERNOS DO NOROESTE*  
Volume 22 (1-2) - 2004